



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030.24-PE-DIV
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07220001/24/DIV

Torna-se público que a SECRETARIA DE SAUDE, por meio do Agente de Contratação/Pregoeiro, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 15 de outubro de 2024

Horário da sessão pública: 08:00

Critério de julgamento: Menor Preço por Lote

Modo de disputa: Aberto

Link: compras.m2atecnologia.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, destinados a manutenção dos veículos pertencentes as diversas Secretarias do Município de Varjota-CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será subdivida em Lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Lote forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com seus dados cadastrais regular junto ao provedor do sistema.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.





3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A vedação de que trata o item 3.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:





4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor ou desconto, conforme critério definido neste edital;

5.1.2. Marca, quando cabível;

5.1.3. Fabricante, quando cabível;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, **serão de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.





6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado por Menor Preço do Lote.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.10. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10.1. Não excluindo o item em tempo hábil, o licitante poderá enviar alerta ao pregoeiro para que o mesmo adote as providências cabíveis.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.





6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar no intuito de comprovar a qualidade do produto ofertado no tocante ao atendimento do padrão de característica ou propriedade exigido, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, tais como catálogos com a ficha técnica ou documentos similares.

6.23. O pregoeiro reserva o direito de realizar diligências no intuito de comprovar o atendimento das normas técnicas brasileiras por parte dos fabricantes dos produtos ofertados, essa comprovação se dará por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP de acordo com o Art. 17, inciso II da Lei Federal nº 7.804/1989.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 deste Edital, **especialmente quanto à existência de**



sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>; e

c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.6 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.





7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral de fornecedores.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura ata de registro de preços e contratos, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Registro Cadastral de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.



8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Registro Cadastral de Fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral de Fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.12. A verificação no Registro Cadastral de Fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada na plataforma eletrônica.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:





10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

11.2.1.1. O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada na plataforma eletrônica de gestão da ata de registro de preços.

11.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3. O prazo de vigência da contratação de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Edital.

11.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Cadastro de Fornecedores para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.5. Na hipótese de irregularidade do registro no Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

11.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.





11.7. Na hipótese de o vencedor da contratação direta se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse fornecedor, poderá convocar outro fornecedor, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 minutos**, sob pena de preclusão.

12.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.m2atecnologia.com.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou





13.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas dos itens 13.1.1 a 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas dos itens 13.1.4 a 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens 13.1.1 a 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 13.1.4 a 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 13.1.1 a 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.m2atecnologia.com.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.





14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras.m2atecnologia.com.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO I.1 - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

Varjota/CE, 30 de setembro de 2024.

REGIANE MARIA PEREIRA NOBRE
ORDENADORA DE DESPESAS



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07220001/24/DIV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030.24-PE-DIV

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, destinados a manutenção dos veículos pertencentes as diversas Secretarias do Município de Varjota-CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO	168,00	Litro
oleo 15w40 api sn 100% sintetico			
2	OLEO ATF MERCON LV	180,00	Litro
oleo atf dexron vi			
3	OLEO SAE 80W90 GL-5	108,00	Litro
oleo sae 80w90 gl-5			
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	360,00	Litro
agua desmineralizada 1 litro			
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10%	270,00	Litro
aditivo concentrado 1 litro			
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4	360,00	Litro
fluido de freio dot 4			
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	108,00	Quilograma
graxa para rolamento a base de litio			
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	54,00	Frasco
desengripante frasco 300ml			
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	54,00	Frasco
limpa contato frasco 300ml			
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	18,00	Frasco
sistem clean flex frasco 300ml			
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	63,00	Pacote
estopa de algodão pct 1kg			



12	OLEO 5W30 C2/C3 API SN DEXOS-2	120,00	Litro
oleo 5w30 c2/c3 api sp			
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	9,00	Frasco
sistem clean diesel frasco 300ml			
14	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L	4,00	Balde
oleo 15w40 ci-4/e7 mam3275/1 balde 20l			
15	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG	1,00	Balde
graxa chassi nlgi2 20kg			
24	ÓLEO 85W140 GL-5	30,00	Litro
óleo 85w140 gl-5			

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas do(s) órgão(s) participante(s):

MANIFESTANTE: Secretaria de Transporte

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO	Litro	96.0
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	48.0
3	OLEO SAE 80W90 GL-5 OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	48.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	75.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	45.0
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	60.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LÍTIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LÍTIO	Quilograma	12.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	12.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	12.0
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	Frasco	12.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	24.0

	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG		
16	OLEO 20W50 4T AX5 OLEO 20W50 4T	Litro	4.0

MANIFESTANTE: Secretaria de Agricultura e Pecuaria

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	10.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	200.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	75.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	Quilograma	10.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	30.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	30.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	50.0
12	OLEO 5W30 C2/C3 API SN DEXOS-2 OLEO 5W30 C2/C3 API SP	Litro	40.0
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	Frasco	30.0
14	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L	Balde	16.0
15	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG GRAXA CHASSI NLGI2 20KG	Balde	10.0
16	OLEO 20W50 4T AX5 OLEO 20W50 4T	Litro	4.0
18	OLEO 10W30 GL-4 OLEO 10W30 GL-5 BALDE 20L	Balde	12.0
19	OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT	Balde	8.0
22	OLEO 2T API TC FRASCO 500ML OLEO 2T API TC FRASCO 500ML	Frasco	280.0
23	OLEO 50-TO4 GL-5	Balde	8.0



	ÓLEO 85W GL-5 20LT		
24	ÓLEO 85W140 GL-5 ÓLEO 85W140 GL-5	Litro	8.0

MANIFESTANTE: Fundo Municipal de Assistencia Social

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO	Litro	100.0
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	64.0
3	OLEO SAE 80W90 GL-5 OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	48.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	100.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	60.0
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	80.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	Quilograma	16.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	12.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	12.0
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	Frasco	12.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	25.0

MANIFESTANTE: Secretaria de Assistencia Social

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO	Litro	16.0
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	16.0
3	OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	12.0



	OLEO SAE 80W90 GL-5		
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	25.0
	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO		
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10%	Litro	15.0
	ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO		
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	20.0
	FLUIDO DE FREIO DOT 4		
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	Quilograma	4.0
	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO		
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	3.0
	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML		
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	3.0
	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML		
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	Frasco	3.0
	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML		
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	4.0
	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG		

MANIFESTANTE: Fundo Municipal de Saude

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO	Litro	768.0
	OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO		
2	OLEO ATF MERCON LV	Litro	336.0
	OLEO ATF DEXRON VI		
3	OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	288.0
	OLEO SAE 80W90 GL-5		
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	570.0
	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO		
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10%	Litro	342.0
	ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO		
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	360.0
	FLUIDO DE FREIO DOT 4		
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	Quilograma	72.0
	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO		
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	60.0
	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML		
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	60.0





	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML		
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	Frasco	52.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	216.0
12	OLEO 5W30 C2/C3 API SN DEXOS-2 OLEO 5W30 C2/C3 API SP	Litro	120.0
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	Frasco	8.0
17	AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO	Balde	24.0

MANIFESTANTE: Secretaria de Educacao

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
16	OLEO 20W50 4T AX5 OLEO 20W50 4T	Litro	4.0

MANIFESTANTE: Secretaria de Infraestrutura

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	48.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	200.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	75.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	Quilograma	48.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	50.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	50.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	50.0
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	Frasco	30.0
14	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L	Balde	30.0





	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L		
15	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG GRAXA CHASSI NLGI2 20KG	Balde	12.0
18	OLEO 10W30 GL-4 OLEO 10W30 GL-5 BALDE 20L	Balde	24.0
19	OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT	Balde	12.0
20	OLEO 85W140 GL-5 20LT OLEO 85W140 GL-5 20LT	Balde	12.0
21	OLEO HIDRAULICO 68 AW ÓLEO HIDRÁULICO 68 XP 20LT	Balde	60.0

MANIFESTANTE: Secretaria de Administracao e Planejamen

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	12.0
3	OLEO SAE 80W90 GL-5 OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	12.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	15.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	9.0
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	15.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	Quilograma	3.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	3.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	3.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	3.0
12	OLEO 5W30 C2/C3 API SN DEXOS-2 OLEO 5W30 C2/C3 API SP	Litro	21.0
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	Frasco	3.0



MANIFESTANTE: Secretaria de Segurança Pública

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO	Litro	12.0
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	36.0
3	OLEO SAE 80W90 GL-5 OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	36.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	45.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	27.0
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	45.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LÍTIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LÍTIO	Quilograma	9.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	9.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	9.0
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	Frasco	3.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	9.0
12	OLEO 5W30 C2/C3 API SN DEXOS-2 OLEO 5W30 C2/C3 API SP	Litro	60.0
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	Frasco	6.0
16	OLEO 20W50 4T AX5 OLEO 20W50 4T	Litro	8.0

MANIFESTANTE: Secretaria de Meio Ambiente

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO	Litro	20.0
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	16.0

3	OLEO SAE 80W90 GL-5 OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	12.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	25.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	15.0
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	20.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LÍTIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LÍTIO	Quilograma	4.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	3.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	3.0
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	Frasco	3.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	5.0

MANIFESTANTE: Secretaria de Defesa Civil e Recursos Hidricos

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO	Litro	20.0
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	32.0
3	OLEO SAE 80W90 GL-5 OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	30.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	100.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	50.0
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	20.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LÍTIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LÍTIO	Quilograma	60.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	12.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	12.0



	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML		
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	Frasco	3.0
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	30.0
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	Frasco	3.0
14	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L	Balde	4.0
15	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG GRAXA CHASSI NLGI2 20KG	Balde	1.0
17	AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO	Balde	12.0
24	ÓLEO 85W140 GL-5 ÓLEO 85W140 GL-5	Litro	30.0

MANIFESTANTE: Fundo de Desenv.da Educ.Basica-FUNDEB

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO	Litro	20.0
2	OLEO ATF MERCON LV OLEO ATF DEXRON VI	Litro	180.0
3	OLEO SAE 80W90 GL-5 OLEO SAE 80W90 GL-5	Litro	360.0
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	Litro	480.0
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10% ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO	Litro	240.0
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FLUIDO DE FREIO DOT 4	Litro	40.0
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	Quilograma	240.0
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	Frasco	72.0
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	Frasco	72.0
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	Frasco	3.0





	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML		
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	Pacote	60.0
	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG		
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	Frasco	33.0
	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML		
14	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L	Balde	44.0
	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L		
15	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG	Balde	11.0
	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG		
17	AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO	Balde	48.0
	AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO		
24	ÓLEO 85W140 GL-5	Litro	330.0
	ÓLEO 85W140 GL-5		

1.1.3. Estimativas de consumo consolidado, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

LOTE 001 - GRAXAS E ESTOPA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	586.0	Quilograma	R\$ 96,54	R\$ 56.572,44
Especificação: GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO					
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	539.0	Pacote	R\$ 17,79	R\$ 9.588,81
Especificação: ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG					
15	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG	35.0	Balde	R\$ 652,59	R\$ 22.840,65
Especificação: GRAXA CHASSI NLGI2 20KG					
Valor total do lote R\$ 89.001,90 (oitenta e nove mil e um reais e noventa centavos)					

LOTE 002 - ÁGUA DESMINERALIZADA, ADITIVOS E ARLA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	2195.0	Litro	R\$ 5,98	R\$ 13.126,10
Especificação: AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO					
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10%	1223.0	Litro	R\$ 42,50	R\$ 51.977,50
Especificação: ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO					
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	109.0	Frasco	R\$ 120,01	R\$ 13.081,09





Especificação: SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML					
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	122.0	Frasco	R\$ 122,48	R\$ 14.942,56
Especificação: SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML					
17	AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO	84.0	Balde	R\$ 122,40	R\$ 10.281,60
Especificação: AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO					
Valor total do lote R\$ 103.408,85 (cento e três mil, quatrocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)					

LOTE 003 - ÓLEO LUBRIFICANTE E HIDRÁULICO E AFINS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO	1220.0	Litro	R\$ 53,15	R\$ 64.843,00
Especificação: OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO					
2	OLEO ATF MERCON LV	978.0	Litro	R\$ 47,93	R\$ 46.875,54
Especificação: OLEO ATF DEXRON VI					
3	OLEO SAE 80W90 GL-5	954.0	Litro	R\$ 46,53	R\$ 44.389,62
Especificação: OLEO SAE 80W90 GL-5					
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4	1020.0	Litro	R\$ 40,30	R\$ 41.106,00
Especificação: FLUIDO DE FREIO DOT 4					
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	320.0	Frasco	R\$ 26,15	R\$ 8.368,00
Especificação: DESENGRIPANTE FRASCO 300ML					
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	320.0	Frasco	R\$ 38,00	R\$ 12.160,00
Especificação: LIMPA CONTATO FRASCO 300ML					
12	OLEO 5W30 C2/C3 API SN DEXOS-2	361.0	Litro	R\$ 73,02	R\$ 26.360,22
Especificação: OLEO 5W30 C2/C3 API SP					
14	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L	98.0	Balde	R\$ 626,22	R\$ 61.369,56
Especificação: OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L					
16	OLEO 20W50 4T AX5	20.0	Litro	R\$ 31,60	R\$ 632,00
Especificação: OLEO 20W50 4T					
18	OLEO 10W30 GL-4	36.0	Balde	R\$ 672,83	R\$ 24.221,88
Especificação: OLEO 10W30 GL-5 BALDE 20L					
19	OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT	20.0	Balde	R\$ 688,80	R\$ 13.776,00
Especificação: OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT					
20	OLEO 85W140 GL-5 20LT	12.0	Balde	R\$ 790,75	R\$ 9.489,00





Especificação: ÓLEO 85W140 GL-5 20LT					
21	ÓLEO HIDRAULICO 68 AW	60.0	Balde	R\$ 636,78	R\$ 38.206,80
Especificação: ÓLEO HIDRÁULICO 68 XP 20LT					
22	ÓLEO 2T API TC FRASCO 500ML	280.0	Frasco	R\$ 53,33	R\$ 14.932,40
Especificação: ÓLEO 2T API TC FRASCO 500ML					
23	ÓLEO 50-TO4 GL-5	8.0	Balde	R\$ 690,33	R\$ 5.522,64
Especificação: ÓLEO 85W GL-5 20LT					
24	ÓLEO 85W140 GL-5	398.0	Litro	R\$ 60,01	R\$ 23.883,98
Especificação: ÓLEO 85W140 GL-5					
Valor total do lote R\$ 436.136,64 (quatrocentos e trinta e seis mil, cento e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos)					

Valor total R\$ 628.547,39 (seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos)

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 628.547,39 (seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos)

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) no exercício corrente.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado Geral, no seguinte endereço: Avenida Senador Virgílio Távora, nº 336, Centro, Varjota-CE, ou em outro local designado pela contratante.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.





7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na





impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.





8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DA EXIGÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

9.1. Diante da necessidade e obrigatoriedade da realização dos serviços de troca de óleos e demais serviços relacionados ao objeto, a licitante vencedora deverá ser sediada ou comprovar possuir oficina mecânica situada no raio máximo de até 40 km (quarenta quilômetros) da sede do Município de Varjota.

9.2. Dada a natureza do objeto, vislumbra-se desde logo que trata-se de necessidade momentânea e imprevisível do Município, que não pode ficar a aguardar indefinidamente o fornecedor atendê-la. Com efeito, a Administração depende de seus veículos para transporte de pacientes; Transportes de Equipes Médicas de PSF, que são essenciais por se tratar de políticas públicas de saúde voltadas a prevenção; transporte de alunos; enfim, as mais mezinhas atividades administrativas.

9.3. Logo, impõe-se uma contratação para serviços de manutenção e aquisição de óleos e demais produtos de imediato, tão logo surja a necessidade, justificando neste contexto, na medida em que, de fato, a localização geográfica é indispensável à eficiente execução do contrato.

9.4. Desta sendo, vê-se que à exigência de localização, se faz necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para o Município de Varjota, pois, se a distância entre a sede do Município e a Contratada for grande, a vantagem do “menor preço” ficará prejudicada em razão do aumento do custo com o deslocamento dos veículos para troca dos lubrificantes.

9.5. Tal condição não fere os princípios expostos na Lei 14.133/2021, considerando que na área geográfica determinada temos um leque considerável de licitantes aptos a fornecerem os produtos, não restando comprometido o princípio da competitividade, destarte registrar que a própria Lei 14.133/2021 admite essa exigência, se não vejamos:

“Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:





(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no [inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei](#), além das seguintes informações:

(...)

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

(...)

§ 4º Em relação à informação de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

(...)

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

(...)

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.”

9.6. Com base nestas despesas que consideramos desnecessárias e antieconômicas é que optamos, pelo perímetro de 40 km (quarenta quilômetros), da Sede da CONTRATANTE, ademais objetivamos aplicar com maior eficácia e eficiência os recursos públicos com alicerce no princípio da economicidade e razoabilidade, o os quais encontram se previsto no art. 70 da CF/88.

O TCU também deliberou sobre o assunto:

(...) “Isto posto, com base no relatório supramencionado, não há ilegalidade na delimitação da localização geográfica haja vista esta limitação ter como objetivo principal atingir, de forma dual, a economicidade e efetividade dos serviços prestados. Com o intuito de demonstrar que esta solicitação não afronta a legislação vigente (8666 / 1993), lançamos mão do relatório enviado pelo Ministro do TCU, José Múcio Monteiro, no TC 021.157/2011-01

Ainda nessa linha, assim se manifesta o TCE/MG:





O relator, ao analisar a questão, contextualizou, informando que a Administração justificou a colocação da referida cláusula, por motivos de logística e custo, considerando que a existência de oficina em qualquer outro município inviabilizaria a agilidade e aumentaria em muito os custos. Ademais, permitiu a participação, além das empresas situadas no Município [...], daquelas situadas em outros 03 (três) municípios vizinhos, [...], não restringindo o caráter competitivo do certame.

Diante desse cenário, o julgador apontou que "a restrição quanto à localização da oficina da contratada, imposta para atender a contento a Administração Pública, é medida que vai ao encontro do binômio custo-benefício, que, por sua vez, se coaduna com o princípio da economicidade". Acrescentou que "inclusive outros órgãos públicos têm inserido a exigência de distância de localização máxima em seus editais, como medida pertinente e relevante para selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração".

Dessa forma, concluiu que "a limitação geográfica, in casu, mostra-se razoável e é justificada pela especificidade do certame, uma vez que eventuais gastos no deslocamento dos veículos da Prefeitura para a execução de serviços mecânicos, especialmente os mais básicos e comuns, não raro urgentes, em cidades distantes, comprometeriam a economicidade dos contratos.

Por fim, votou o relator por considerar a denúncia improcedente quanto à ilegalidade da exigência editalícia de que a contratada possua oficina situada em municípios determinados, posicionamento que foi acolhido pela 2ª Câmara. (TCE/MG, Denúncia nº 932347, 2ª Câmara).

Seguindo os ensinamentos de Marçal Justen Filho, em seu comentário ao Artigo 3º, § 1º, I da lei de licitações:

"O dispositivo não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no Artigo 37, XXI, da Constituição da República (...)", (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9ª ed., São Paulo: Dialética, 2009.)

9.7. Cabe ressaltar que essa exigência está firmemente alinhada aos princípios da razoabilidade, da eficiência e do interesse público, conforme estabelece a Lei 14.133/2021.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.





10.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

10.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública, permitindo a ampliação do acesso às condições contratuais vantajosas já negociadas, em conformidade com as disposições legais vigentes.

12.1.1. A adesão à ata de registro de preços configura uma estratégia administrativa que visa ampliar a eficiência e promover a economicidade nas contratações públicas. Esta decisão está alinhada com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal e reiterado pelos Acórdãos 224/2020, 2736/2023 e 2822/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU).

12.1.2. A opção pela adesão não é meramente procedimental, mas uma escolha estratégica que requer uma justificação clara e robusta. Nesse sentido, a adesão deve ser precedida por uma análise criteriosa do mercado e uma avaliação das vantagens econômicas, garantindo que as condições obtidas através do registro de preços sejam, de fato, as mais vantajosas para a Administração Pública. Esta análise



deve considerar não apenas os custos diretos, mas também os benefícios de longo prazo, como a redução de tempo e recursos despendidos em múltiplas licitações.

12.1.3. Além disso, a adesão deve estar em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão ou entidade, contribuindo para a otimização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A transparência do processo é fundamental e deve ser assegurada pela divulgação de todos os atos, garantindo que a adesão à ata de registro de preços ocorra de forma aberta e acessível a todos os interessados.

12.1.4. Em conformidade com os precedentes do TCU, a inclusão de cláusula de adesão no edital deve ser motivada de forma explícita, detalhando como essa escolha se alinha à busca pela eficiência administrativa e quais benefícios específicos são esperados. Tal motivação reforça o compromisso com a gestão fiscal responsável e com a obtenção de valor para o dinheiro público.

12.2. Portanto, a adesão à ata de registro de preços, quando bem fundamentada e justificada, representa uma prática alinhada à busca constante pela eficiência na Administração Pública, proporcionando economia, agilidade e qualidade na contratação de bens e serviços, sempre em prol do interesse público.

ANEXO I.1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07220001/24/DIV

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A presente contratação visa ao registro de preços para futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, destinados à manutenção dos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Varjota-CE. A necessidade da contratação se fundamenta na importância de garantir a continuidade e a qualidade na manutenção da frota de veículos do Município, assegurando que estes estejam sempre em condições adequadas de operação.

Os veículos das Secretarias do Município de Varjota desempenham um papel crucial na prestação de serviços públicos à população, desde o transporte de funcionários e insumos até a execução de diversas atividades administrativas e operacionais. A manutenção adequada desses veículos é essencial para evitar interrupções nos serviços, reduzir os custos de reparo e prolongar a vida útil dos veículos, o que se traduz em maior eficiência e economia para a Administração Pública.

O uso de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins de qualidade é um dos pilares para a realização de uma manutenção preventiva eficaz. Estes produtos são essenciais para o bom funcionamento de motores, transmissões, sistemas hidráulicos, eixos e outros componentes dos veículos. Além disso, a contratação dos serviços de troca desses insumos garante que a manutenção seja realizada de forma correta e no momento apropriado, prevenindo falhas e avarias que poderiam comprometer a segurança e a operação eficiente da frota.

Dessa forma, a contratação visa atender a necessidade contínua e periódica de aquisição desses insumos e serviços, com a finalidade de assegurar que as Secretarias Municipais possam realizar suas atividades sem interrupções e com o máximo de segurança e eficiência. A escolha pelo sistema de registro de preços justifica-se pela necessidade de atender essa demanda de forma contínua e planejada, permitindo a aquisição conforme a demanda real, evitando desperdícios e otimizando os recursos públicos.

2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Secretaria de Saude	REGIANE MARIA PEREIRA NOBRE

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos requisitos da contratação é fundamental para definir a escolha da solução mais adequada e eficiente para a Administração Pública, observando critérios de sustentabilidade e conformidade com regulamentações específicas. Deve-se assegurar também que os padrões mínimos de qualidade e desempenho sejam atendidos, garantindo economicidade e eficácia na aquisição de óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas e afins, bem como nos serviços de troca, destinados à manutenção dos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Varjota-CE.

Requisitos Gerais

- Qualidade dos produtos adquiridos, garantindo a durabilidade dos veículos e equipamentos.
- Prazos de entrega e execução dos serviços de troca compatíveis com as necessidades operacionais das Secretarias.
- Compatibilidade dos produtos com a especificação técnica recomendada pelos fabricantes dos veículos e equipamentos.

Requisitos Legais

- Conformidade com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).
- Atendimento às exigências da Lei nº 14.133/2021, especificamente nos quesitos de qualidade e sustentabilidade dos produtos e serviços contratados.
- Certificação dos produtos por órgão competente, conforme regulamentação específica.

Requisitos de Sustentabilidade

- Produtos com menor impacto ambiental, preferencialmente biodegradáveis e que atendam aos critérios de sustentabilidade.
- Política de logística reversa para embalagens e resíduos gerados pela manutenção dos veículos.
- Garantia de que os fornecedores utilizem práticas de produção sustentáveis, minimizando o uso de recursos naturais e reduzindo a emissão de poluentes.

Requisitos da Contratação

- Óleos lubrificantes e hidráulicos devem atender às especificações técnicas recomendadas pelos fabricantes dos veículos e ter certificação de qualidade.
- Graxas e afins devem possuir propriedades adequadas de lubrificação, resistência a altas temperaturas, e ser compatíveis com os componentes mecânicos dos veículos.
- Serviços de troca devem incluir: fornecimento dos materiais, mão de obra qualificada, e garantia dos serviços prestados.
- Fornecedores devem possuir capacidade técnica e comprovada experiência na realização de serviços semelhantes.

Requisitos Essenciais à Contratação



Para atender à necessidade especificada, os seguintes requisitos são essenciais:

- Produtos de qualidade certificada.
- Entrega dos produtos no prazo adequado às necessidades operacionais das Secretarias.
- Serviços de troca realizados por profissionais capacitados e com garantia.
- Adequação às práticas de sustentabilidade e conformidade com as normas legais e regulamentares.

A definição clara e objetiva desses requisitos visa garantir a economicidade, eficiência e competitividade do processo licitatório, evitando a inclusão de especificações desnecessárias que possam comprometer o caráter competitivo da licitação.

4. Levantamento de mercado

A análise das soluções disponíveis no mercado para a contratação de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, envolveu o levantamento das principais formas de contratação atualmente utilizadas por fornecedores e órgãos públicos. Foram identificadas as seguintes soluções:

- **Contratação direta com o fornecedor:**

Essa modalidade implica em negociação e fechamento de contrato diretamente com fabricantes ou distribuidores dos produtos. Esta forma permite maior controle sobre a qualidade e especificações técnicas, além de potencialmente obter melhores condições de preços devido à ausência de intermediários.

- **Contratação através de terceirização:**

Envolve a contratação de empresas especializadas em serviços de manutenção veicular, que incluem a aquisição e troca dos óleos lubrificantes e demais itens. Esta abordagem pode oferecer a vantagem de manutenção integrada e especializada, reduzindo a necessidade de gestão interna detalhada dos serviços.

- **Formas alternativas de contratação:**

Inclui a utilização de cooperativas, consórcios de compras públicas ou plataformas de compras coletivas que possam agregar volume de compra e, assim, obter melhores condições comerciais e logísticas. Estas formas também podem facilitar a padronização de produtos e serviços entre diferentes órgãos e entidades públicas.

Avaliação e Escolha da Solução

Após a análise detalhada das opções, a solução mais adequada para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Varjota-CE e suas diversas secretarias é a ****contratação direta com o fornecedor****, utilizando o sistema de registro de preços. Essa escolha é justificada pelos seguintes motivos:

- A **flexibilidade** oferecida pelo registro de preços, que permite aquisições conforme a demanda, sem a necessidade de comprometer-se com grandes volumes fixos.



- A **possibilidade de melhores negociações** de preços, já que a contratação direta elimina intermediários e promove a competição entre os fornecedores.
- A **compatibilidade técnica e qualidade** dos produtos, que podem ser rigorosamente especificados e controlados pela administração pública, garantindo que as necessidades específicas dos veículos municipais sejam atendidas.
- A **transparência e legalidade** do processo, uma vez que o pregão eletrônico e o registro de preços são modalidades que seguem rigorosamente as normas estabelecidas pela Lei 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação direta com o fornecedor por meio do registro de preços configura-se como a solução mais vantajosa, alicerçada nos princípios da eficiência, economicidade e transparência, atendendo plenamente às necessidades da administração pública municipal.

5. Descrição da solução como um todo

A Administração Pública do Município de Varjota-CE, por meio da Prefeitura Municipal de Varjota, identificou a necessidade de realizar um procedimento de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, destinados à manutenção dos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município. Essa necessidade emerge da constatação de que a manutenção regular e eficaz da frota de veículos é essencial para garantir a continuidade dos serviços prestados pelo município.

A Lei 14.133/2021, no §1º do art. 18, prevê que a fase preparatória do processo licitatório deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual e deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação. Neste sentido, foi realizado um levantamento de mercado e uma análise das soluções disponíveis, concluindo-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços é a solução mais adequada entre as opções disponíveis.

Ressalta-se que a utilização do Registro de Preços, conforme amparado pela jurisprudência da Lei 14.133/2021, se justifica pela sua flexibilidade e eficiência na gestão de contratações que possuem caráter de frequente demanda. O art. 82 desta lei detalha sobre as especificidades da licitação e do objeto, destacando-se o fato de que esse sistema permite prever a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, adequando-se perfeitamente à natureza intermitente das aquisições previstas.

Além disso, a contratação por meio de Registro de Preços possibilitará a obtenção de melhores condições comerciais, como preços mais vantajosos decorrentes da compra em maior escala, e a agilização dos processos de aquisição, visto que a ata de preço registrada elimina a necessidade de novas licitações a cada necessidade de compra, respeitando os limites preestabelecidos. Com base nesses fatores, a escolha de tal sistema justifica-se sob a ótica da economicidade e eficiência administrativa, conforme preconiza o art. 83 da Lei 14.133/2021.

A contratação abrangerá todos os componentes necessários para a manutenção adequada da frota de veículos, sendo eles óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas, e



afins, bem como os serviços de troca. Essa abrangência técnica visa assegurar que todos os veículos possam ser atendidos em suas necessidades específicas, independentemente da secretaria a que estão vinculados.

Os serviços técnicos, por sua vez, devem ser executados de acordo com as normas técnicas vigentes e manuais dos fabricantes, garantindo assim a qualidade e a segurança da manutenção. Além disso, a prestação dos serviços deverá incluir o fornecimento dos materiais necessários, promovendo uma solução integrada que abrange tanto o fornecimento dos insumos quanto a execução do serviço.

Diante do exposto, e com base no detalhamento e justificativas técnicas e econômicas apresentadas, e no amparo da legislação vigente, conclui-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços para essa contratação é a solução mais adequada e eficiente para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Varjota-CE.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO	1.220,000	Litro
Especificação: OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO			
2	OLEO ATF MERCON LV	978,000	Litro
Especificação: OLEO ATF DEXRON VI			
3	OLEO SAE 80W90 GL-5	954,000	Litro
Especificação: OLEO SAE 80W90 GL-5			
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	2.195,000	Litro
Especificação: AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO			
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10%	1.223,000	Litro
Especificação: ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO			
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4	1.020,000	Litro
Especificação: FLUIDO DE FREIO DOT 4			
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	586,000	Quilograma
Especificação: GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO			
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	320,000	Frasco
Especificação: DESENGRIPANTE FRASCO 300ML			
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	320,000	Frasco
Especificação: LIMPA CONTATO FRASCO 300ML			
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	109,000	Frasco
Especificação: SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML			
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	539,000	Pacote
Especificação: ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG			
12	OLEO 5W30 C2/C3 API SN DEXOS-2	361,000	Litro
Especificação: OLEO 5W30 C2/C3 API SP			
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	122,000	Frasco



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
Especificação: SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML			
14	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L	98,000	Balde
Especificação: OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L			
15	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG	35,000	Balde
Especificação: GRAXA CHASSI NLGI2 20KG			
16	OLEO 20W50 4T AX5	20,000	Litro
Especificação: OLEO 20W50 4T			
17	AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO	84,000	Balde
Especificação: AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO			
18	OLEO 10W30 GL-4	36,000	Balde
Especificação: OLEO 10W30 GL-5 BALDE 20L			
19	OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT	20,000	Balde
Especificação: OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT			
20	OLEO 85W140 GL-5 20LT	12,000	Balde
Especificação: OLEO 85W140 GL-5 20LT			
21	OLEO HIDRAULICO 68 AW	60,000	Balde
Especificação: ÓLEO HIDRÁULICO 68 XP 20LT			
22	OLEO 2T API TC FRASCO 500ML	280,000	Frasco
Especificação: OLEO 2T API TC FRASCO 500ML			
23	OLEO 50-TO4 GL-5	8,000	Balde
Especificação: ÓLEO 85W GL-5 20LT			
24	ÓLEO 85W140 GL-5	398,000	Litro
Especificação: ÓLEO 85W140 GL-5			

7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	OLEO 15W40 API SP SEMISINTETICO	1.220,000	Litro	53,15	64.843,00
Especificação: OLEO 15W40 API SN 100% SINTETICO					
2	OLEO ATF MERCON LV	978,000	Litro	47,93	46.875,54
Especificação: OLEO ATF DEXRON VI					
3	OLEO SAE 80W90 GL-5	954,000	Litro	46,53	44.389,62
Especificação: OLEO SAE 80W90 GL-5					
4	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	2.195,000	Litro	5,98	13.126,10
Especificação: AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO					
5	ADITIVO SUPER CONCENTRADO MM100566/10%	1.223,000	Litro	42,50	51.977,50
Especificação: ADITIVO CONCENTRADO 1 LITRO					
6	FLUIDO DE FREIO DOT 4	1.020,000	Litro	40,30	41.106,00
Especificação: FLUIDO DE FREIO DOT 4					



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
7	GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO	586,000	Quilograma	96,54	56.572,44
Especificação: GRAXA PARA ROLAMENTO A BASE DE LITIO					
8	DESENGRIPANTE FRASCO 300ML	320,000	Frasco	26,15	8.368,00
Especificação: DESENGRIPANTE FRASCO 300ML					
9	LIMPA CONTATO FRASCO 300ML	320,000	Frasco	38,00	12.160,00
Especificação: LIMPA CONTATO FRASCO 300ML					
10	SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML	109,000	Frasco	120,01	13.081,09
Especificação: SISTEM CLEAN FLEX FRASCO 300ML					
11	ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG	539,000	Pacote	17,79	9.588,81
Especificação: ESTOPA DE ALGODÃO PCT 1KG					
12	OLEO 5W30 C2/C3 API SN DEXOS-2	361,000	Litro	73,02	26.360,22
Especificação: OLEO 5W30 C2/C3 API SP					
13	SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML	122,000	Frasco	122,48	14.942,56
Especificação: SISTEM CLEAN DIESEL FRASCO 300ML					
14	OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L	98,000	Balde	626,22	61.369,56
Especificação: OLEO 15W40 CI-4/E7 MAM3275/1 BALDE 20L					
15	GRAXA CHASSI NLGI2 20KG	35,000	Balde	652,59	22.840,65
Especificação: GRAXA CHASSI NLGI2 20KG					
16	OLEO 20W50 4T AX5	20,000	Litro	31,60	632,00
Especificação: OLEO 20W50 4T					
17	AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO	84,000	Balde	122,40	10.281,60
Especificação: AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO					
18	OLEO 10W30 GL-4	36,000	Balde	672,83	24.221,88
Especificação: OLEO 10W30 GL-5 BALDE 20L					
19	OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT	20,000	Balde	688,80	13.776,00
Especificação: OLEO SAE 80W90 GL-5 20LT					
20	OLEO 85W140 GL-5 20LT	12,000	Balde	790,75	9.489,00
Especificação: OLEO 85W140 GL-5 20LT					
21	OLEO HIDRAULICO 68 AW	60,000	Balde	636,78	38.206,80
Especificação: ÓLEO HIDRÁULICO 68 XP 20LT					
22	OLEO 2T API TC FRASCO 500ML	280,000	Frasco	53,33	14.932,40
Especificação: OLEO 2T API TC FRASCO 500ML					
23	OLEO 50-TO4 GL-5	8,000	Balde	690,33	5.522,64
Especificação: ÓLEO 85W GL-5 20LT					
24	ÓLEO 85W140 GL-5	398,000	Litro	60,01	23.883,98
Especificação: ÓLEO 85W140 GL-5					

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 628.547,39 (seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos)



8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

O objetivo desta seção é justificar a decisão de adotar ou não o parcelamento do objeto da licitação, que neste caso, será favorável à licitação por lotes.

1. Avaliação da Divisibilidade do Objeto:

Foi verificado que o objeto da licitação, ou seja, a aquisição de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, é tecnicamente divisível. O parcelamento pode ser efetuado em lotes sem qualquer prejuízo para a funcionalidade ou os resultados pretendidos pela Administração.

2. Viabilidade Técnica e Econômica:

A análise demonstrou que a divisão do objeto em lotes é técnica e economicamente viável. A qualidade e eficácia dos serviços não serão comprometidas com a adoção de lotes.

3. Economia de Escala:

A decisão de parcelar em lotes não afetará negativamente a economia de escala. A divisão do objeto em lotes não resultará em um aumento proporcional dos custos que possa superar os benefícios da divisão.

4. Competitividade e Aproveitamento do Mercado:

O parcelamento em lotes contribuirá para uma maior competitividade e um melhor aproveitamento do mercado. A medida permitirá a participação de um número maior de fornecedores, inclusive de menor porte, tornando o processo mais democrático e competitivo.

5. Análise do Mercado:

A análise do mercado de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins indica que o parcelamento do objeto está alinhado às práticas do setor econômico. A decisão de dividir em lotes é corroborada pelas práticas de mercado, que frequentemente adotam essa estratégia para atender melhor às especificidades e capacidades dos fornecedores.

6. Consideração de Lotes:

Considerando o volume de aquisição, a divisão em lotes é vantajosa. Permite que fornecedores que não possuem capacidade para entregar a totalidade do objeto possam participar da licitação, sem prejudicar a economia de escala ou aumentar os custos de forma substancial.

Em conclusão, a decisão pelo parcelamento do objeto da licitação em lotes se justifica pela viabilidade técnica e econômica, pela preservação da economia de escala, pelo incremento da competitividade e pelo alinhamento com as práticas do mercado, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O processo de contratação para o registro de preços destinado à futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da entidade para o exercício financeiro de 2024. Esta contratação está prevista no Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Varjota-CE, garantindo que todas as atividades de manutenção dos veículos das diversas Secretarias do Município estarão adequadamente suportadas. A inclusão desta demanda no Plano de Contratações Anual reforça o comprometimento da administração com a eficiência operacional e a economicidade dos recursos públicos, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

Ademais, este alinhamento com o Plano de Contratações Anual assegura que todos os procedimentos foram devidamente planejados e integram a estratégia global do município para a manutenção da sua frota, possibilitando uma administração pública mais célere e eficaz. A previsão orçamentária e a compatibilidade das despesas estimadas no planejamento municipal já contemplam esta necessidade, permitindo uma gestão financeira responsável e uma execução eficiente dos serviços.

10. Resultados pretendidos

O processo licitatório para o registro de preços visando futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, tem como objetivo primordial atender à necessidade de manutenção constante e eficaz dos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Varjota-CE, garantindo a continuidade dos serviços públicos prestados à comunidade local. Os resultados pretendidos estão fundamentados nos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, conforme se detalha a seguir:

- **Continuidade do Serviço Público:** Assegurar que a frota de veículos esteja em perfeito funcionamento, evitando interrupções nos serviços prestados pelas diversas Secretarias do Município de Varjota-CE.
- **Eficiência e Economicidade:** Buscar soluções que proporcionem melhor relação custo-benefício conforme o previsto no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, promovendo economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à manutenção dos veículos.
- **Padronização e Qualidade:** Estabelecer padrões de qualidade para os produtos adquiridos, a fim de garantir a durabilidade e a confiabilidade dos óleos lubrificantes e hidráulicos, das graxas e serviços relacionados, de acordo com o inciso V do § 1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
- **Redução de Custos:** Otimização dos custos com manutenção de veículos por meio do sistema de registro de preços, permitindo a aquisição conforme a necessidade e contribuindo para evitar o sobrestamento de estoque e desperdícios, conforme a previsão do Art. 23.
- **Transparência e Competitividade:** Garantir que todo o processo licitatório seja conduzido com transparência e que os fornecedores tenham igualdade de condições para competir, conforme os princípios da moralidade, publicidade e

competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

- **Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável:** Selecionar fornecedores que apresentem soluções ambientalmente responsáveis, promovendo o desenvolvimento nacional sustentável, conforme o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

No âmbito da aplicação de jurisprudência à legislação, observa-se que Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente enfatizado a importância de processos licitatórios que atendam aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, em consonância com os preceitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. Estas diretrizes visam a garantir que a Administração Pública municipal obtenha a melhor solução para a necessidade apresentada, otimizando recursos e beneficiando diretamente a população do município de Varjota-CE.

11. Providências a serem adotadas

- **Análise Técnica Detalhada:** Conduzir uma análise técnica detalhada dos óleos lubrificantes, hidráulicos e graxas, verificando suas especificações de qualidade, compatibilidade com os veículos municipais e performance sob diversas condições operacionais, garantindo que atendam aos requisitos técnicos estabelecidos.
- **Planejamento Logístico:** Desenvolver um planejamento logístico detalhado para a entrega e armazenamento dos produtos, levando em consideração a periodicidade das trocas, e as necessidades específicas das diversas Secretarias do Município de Varjota-CE.
- **Procedimentos de Recebimento e Controle de Qualidade:** Estabelecer procedimentos rigorosos de recebimento dos produtos e inspeção de qualidade, garantindo que todos os itens entregues estejam em conformidade com as especificações contratuais e padrões de qualidade exigidos pela Administração Municipal.
- **Gestão de Estoque:** Implementar um sistema eficiente de controle de estoque, incluindo registro de entradas e saídas, níveis mínimos e máximos de estoque, e procedimentos para evitar desperdício ou deterioração dos produtos adquiridos.
- **Elaboração de Edital e Minuta de Contrato:** Redigir o edital de licitação e a minuta do contrato, prevendo cláusulas específicas para garantir a execução adequada dos serviços de troca e manutenção de lubrificantes, bem como as penalidades para o descumprimento das obrigações contratuais.
- **Gestão de Riscos:** Desenvolver um plano de gestão de riscos para identificar, avaliar e mitigar eventuais problemas que possam comprometer o sucesso da licitação e a execução contratual, tais como atrasos na entrega, produtos fora de especificação, ou falhas nos serviços de troca e manutenção.
- **Coordenação com Órgãos de Controle:** Estabelecer uma comunicação contínua com os órgãos de controle interno e externo para garantir a conformidade do processo licitatório com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- **Acompanhamento e Fiscalização:** Designar agentes públicos para o acompanhamento e fiscalização contínua da execução contratual, com a atribuição de avaliar o cumprimento das obrigações contratuais e a qualidade dos produtos e serviços fornecidos.



12. Justificativa para adoção do registro de preços

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, destinados à manutenção dos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Varjota-CE da entidade Prefeitura Municipal de Varjota, encontra-se fundamentada nos seguintes aspectos:

- **Atingimento da Demanda Variável e Intermitente:** A utilização do SRP é justificada pela natureza variável e intermitente da demanda por óleos lubrificantes, hidráulicos, graxas e serviços de troca. Essa variabilidade se deve às diferentes necessidades das diversas Secretarias do Município de Varjota, conforme a utilização e manutenção dos veículos, os quais não possuem um consumo fixo e previsível.
- **Eficácia na Gestão de Compras:** O SRP permite uma gestão mais eficiente das compras públicas, evitando a necessidade de múltiplos processos licitatórios ao longo do ano. Isso reduz a burocracia e promove maior eficiência administrativa, conforme preceitua o Art. 6º, inciso XXVII da Lei 14.133/2021.
- **Racionalização de Custos:** A centralização das aquisições através do SRP promove a obtenção de economia de escala, resultando em melhores condições de preço devido ao maior volume de compras negociado. Esta prática está em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência, previstos no art. 5º da Lei 14.133/2021.
- **Atendimento a Demandas Emergenciais:** O SRP possibilita a pronta aquisição dos materiais e serviços em caso de situações emergenciais ou imprevistas, garantindo a continuidade dos serviços públicos sem a necessidade de iniciar um novo processo licitatório. Esta flexibilidade é essencial para a manutenção adequada e contínua da frota de veículos do Município.
- **Flexibilidade e Adaptação:** Outra vantagem do SRP é a flexibilidade na contratação, permitindo ajustes conforme as necessidades específicas das Secretarias ao longo do período de vigência da ata de registro de preços. Esta adaptabilidade atende aos requisitos de eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme determina o inciso I do art. 82 da Lei 14.133/2021.
- **Facilidade de Fiscalização e Controle:** A utilização do SRP facilita a fiscalização e o controle das aquisições e contratações, permitindo uma melhor coordenação entre os órgãos de controle interno e externo, conforme os princípios de transparência e de interesse público, previstos na Lei 14.133/2021.
- **Poder de Negociação:** A existência de preços registrados garante compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, contudo, não obriga a administração a contratar todos os itens registrados, proporcionando maior poder de negociação à Administração. Isso está alinhado ao estabelecido no art. 83 da Lei 14.133/2021.
- **Conformidade Legal:** O SRP está em conformidade com as disposições detalhadas no art. 86 da Lei 14.133/2021, que orienta a fase preparatória do processo licitatório e a realização de ampla pesquisa de mercado, assegurando assim a legalidade e a transparência do processo.

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços para as aquisições em questão é justificada tanto pela eficiência administrativa e pela economicidade



proporcionada, quanto pela flexibilidade e capacidade de atendimento a demandas emergenciais, garantindo, assim, o interesse público no provimento contínuo e adequado dos serviços realizados pelo Município de Varjota-CE.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Considerando o disposto na Lei 14.133 de 2021, em especial o seu artigo 15, que regula a participação de pessoas jurídicas em consórcios em processos licitatórios, a presente licitação veda a participação de empresas na forma de consórcio. Essa decisão está fundamentada nos seguintes pontos:

- **Complexidade e Natureza do Objeto:** A aquisição de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, bem como a prestação de serviços de troca, não apresenta a complexidade técnica e operacional que justificaria a formação de um consórcio, conforme incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 18.
- **Facilidade de Gestão:** A contratação direta de empresas individuais facilita a gestão e o monitoramento dos contratos, permitindo uma maior eficiência na execução e controle dos serviços prestados.
- **Interesse Público e Economicidade:** A vedação da participação de consórcios visa à proteção do interesse público. Contratações com empresas isoladas facilitam a obtenção de propostas mais competitivas e vantajosas, alinhando-se aos princípios da economicidade e da melhor aproveitamento dos recursos públicos previstos nos artigos 5º e 11, IV, da Lei 14.133.
- **Segurança Jurídica:** A segregação de funções preconizada no artigo 7º da Lei 14.133 é mais facilmente assegurada quando não há a complexidade adicional da gestão de consórcios, evitando possíveis conflitos de interesse e riscos de fraudes.
- **Padronização e Controle:** A contratação de empresas individuais permite maior controle e padronização dos insumos e serviços, assegurando que os produtos entregues e serviços prestados estejam de acordo com as especificações técnicas do edital.

Dessa forma, posicionamo-nos contra a participação de empresas na forma de consórcio para esta licitação, considerando que a contratação direta de empresas individuais será mais eficiente, segura e vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei 14.133 de 2021.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A contratação para registro de preços para futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, destinados à manutenção dos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Varjota-CE, pode causar diversos impactos ambientais. Diante disso, é fundamental prever medidas mitigadoras, conforme a Lei nº 14.133/2021, especialmente nos incisos do § 1º do art. 18, que abordam aspectos ambientais das contratações públicas. A seguir, são descritos os possíveis impactos ambientais e as respectivas medidas mitigadoras:

- **Impacto 1:**



Contaminação do Solo e Água:

A manipulação inadequada de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e outros derivados pode resultar em vazamentos e derramamentos, levando à contaminação do solo e das águas subterrâneas e superficiais.

Medidas Mitigadoras:

- Implementação de áreas específicas e adequadas para a troca de óleos, com piso impermeabilizado e sistemas de contenção de derramamentos.
- Uso de kits de contenção (barreiras, absorventes e materiais neutralizantes) para evitar a propagação do contaminante.
- Treinamento contínuo dos funcionários sobre procedimentos corretos de manuseio e descarte desses produtos.

• Impacto 2:

Geração de Resíduos Sólidos Perigosos:

Os resíduos gerados, como embalagens de óleo e filtros usados, são classificados como perigosos por conterem substâncias tóxicas que podem prejudicar o meio ambiente e a saúde pública.

Medidas Mitigadoras:

- Separação e armazenagem temporária adequada dos resíduos perigosos em recipientes específicos e sinalizados, conforme normas técnicas.
- Contratação de empresas especializadas e licenciadas para o transporte e destinação final desses resíduos, garantindo a reciclagem ou disposição correta.

• Impacto 3:

Emissão de Poluentes Atmosféricos:

Queima inadequada de óleos usados pode resultar na emissão de poluentes atmosféricos, incluindo compostos orgânicos voláteis (COVs) e óxidos de nitrogênio (NOx).

Medidas Mitigadoras:

- Proibição da queima de óleos lubrificantes e hidráulicos usados.
- Implementação de um sistema de coleta e envio dos resíduos oleosos para empresas aptas a realizar a reciclagem ou re-refino.

• Impacto 4:

Consumo de Recursos Naturais:

O processo de extração e produção de óleos lubrificantes e hidráulicos consome recursos naturais não renováveis, como petróleo.

Medidas Mitigadoras:

- Preferência por produtos com certificações ambientais e com menor impacto ao longo do ciclo de vida.

- Incentivo ao uso de produtos reciclados e rerrefinados, reduzindo a dependência de matérias-primas virgens.
- **Impacto 5:**

Ruído e Poluição Visual:

As atividades de manutenção e troca de óleos podem gerar ruídos e poluição visual, afetando a qualidade de vida da população vizinha e atores envolvidos.

Medidas Mitigadoras:

- Implementação de barreiras acústicas e definição de horários específicos para operações ruidosas.
- Limpeza e organização constante da área de manutenção, minimizando a poluição visual e facilitando a identificação de possíveis derramamentos e não conformidades.

Dessa forma, através da implementação dessas medidas mitigadoras, espera-se minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, alinhando o procedimento às exigências da Lei nº 14.133/2021, proporcionando a melhor solução para o interesse público e contribuindo com a sustentabilidade ambiental.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após uma análise detalhada e fundamentos baseados na Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a contratação para o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, destinados à manutenção dos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Varjota-CE, é viável e razoável nos seguintes aspectos:

- **Atendimento ao Interesse Público:** A contratação atende diretamente ao interesse público, uma vez que garante a operacionalidade e a manutenção da frota de veículos das Secretarias Municipais, assegurando a prestação contínua de serviços essenciais à população.
- **Alinhamento com o Planejamento Estratégico:** O processo de contratação está em conformidade com o plano de contratações anual, conforme disposto no art. 40, inciso VII da Lei nº 14.133/2021, garantindo um alinhamento adequado com o planejamento e as diretrizes estratégicas do município.
- **Vantagem Econômica e Operacional:** A adoção do sistema de registro de preços proporciona vantagens econômicas e operacionais, como a obtenção de melhores preços em razão da economia de escala e a flexibilidade para atender a demandas emergenciais sem a necessidade de novos processos licitatórios, conforme permitido pelo art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- **Conformidade Legal:** Este processo licitatório observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência e a integridade da contratação.
- **Impacto Ambiental:** A contratação inclui previsões para mitigação de possíveis impactos ambientais relacionados ao descarte de óleos e lubrificantes, em



conformidade com o art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, evidenciando o compromisso com a sustentabilidade.

- **Justificativa para o Uso do Registro de Preços:** A opção pelo sistema de registro de preços está justificada pela necessidade de aquisições frequentes e pelo potencial de variação na demanda, conforme o art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Este mecanismo assegura a efetividade e a economicidade das aquisições, permitindo ajustes de quantidades conforme a necessidade.

Dessa forma, com base nas jurisprudências da Lei nº 14.133/2021, posicionamo-nos favoravelmente à viabilidade e razoabilidade da presente contratação, ressaltando que ela está em plena conformidade com os pressupostos legais e atende de modo eficiente às demandas da Administração Pública e ao interesse da população do Município de Varjota-CE.

16. Justificativa para a exigência de delimitação da localização geográfica

A delimitação da localização geográfica para o fornecimento de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, é necessária para garantir a eficiência e a celeridade na manutenção dos veículos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Varjota-CE. Considerando as seguintes razões:

- Proximidade dos fornecedores com o município, facilitando a logística e reduzindo o tempo de entrega dos produtos e a execução dos serviços.
- Redução dos custos de transporte, o que pode impactar diretamente no valor final da aquisição, gerando economicidade ao erário municipal.
- Garantia de atendimento rápido em casos de emergências e manutenções não programadas, indispensável para a continuidade dos serviços públicos.
- Possibilidade de realizar vistorias técnicas e garantir a conformidade dos produtos e serviços com as especificações exigidas, minimizando riscos de não conformidades e retrabalhos.

Assim, a delimitação geográfica assegura que a administração pública possa manter sua frota de veículos em ótimo estado de funcionamento, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados à população de Varjota-CE.

A exigência de delimitação da localização geográfica encontra-se justificada também pelos seguintes motivos:

- **Garantia de Eficiência nas Operações de Manutenção:** A delimitação geográfica facilita a logística de transporte dos veículos das Secretarias do Município de Varjota-CE para os locais de manutenção, permitindo uma resposta rápida e eficiente em situações de urgência.
- **Minimização de Custos de Transporte:** Reduz os custos associados ao deslocamento dos veículos, uma vez que a proximidade reduz o tempo de inatividade dos veículos, bem como o consumo de combustível e outros recursos.



- **Agilidade na Prestação de Serviços:** A proximidade geográfica dos fornecedores possibilita um atendimento mais ágil e, portanto, a manutenção dos veículos pode ser realizada de maneira mais rápida, diminuindo o tempo em que os veículos ficam indisponíveis para uso.
- **Facilidade de Gestão e Fiscalização:** A delimitação geográfica facilita a fiscalização dos serviços prestados pelos fornecedores, permitindo um controle mais rigoroso e eficaz sobre a execução dos contratos.
- **Apoio ao Desenvolvimento Local:** Priorizar fornecedores locais contribui para o desenvolvimento econômico do município e região, fomentando o crescimento das empresas e a geração de empregos locais.

Portanto, a exigência de delimitação da localização geográfica para a prestação de serviços de manutenção dos veículos das diversas Secretarias do Município de Varjota-CE é coerente com a necessidade de promover economicidade, eficiência operacional e desenvolvimento local, justificando sua adoção no processo de contratação.



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07220001/24/DIV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030.24-PE-DIV

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
SECRETARIA DE XXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O(A) , com sede no(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o , neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Matrícula Funcional nº XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediado(a) no(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 07220001/24/DIV e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

XXXXXXXXXXXX

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é XXXXXXXXXX , na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no item 4.2 do Termo de Referência.





CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

- 5.1. O valor total da contratação é de (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09 de agosto de 2024.
- 7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.2. Concluída a instrução do requerimento, a contar da data do protocolo, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor;

9.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (inciso II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

9.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

9.1.6.6. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal;





9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.15. Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação do atendimento às cláusulas de sustentabilidade contidas no Termo de Referência.

9.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação eletrônica ou execução do contrato;
- f) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);





11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas de "b", "c" e "d" do subitem acima deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens "e" a "h", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 1% (um por por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato





ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. O contrato se extingue quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação: XXXXXXXXXXXXX.





13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial da CONTRATANTE na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao §2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do §3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É eleito o Foro de Varjota para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

VARJOTA/CE,

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____





ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030.24-PE-DIV
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07220001/24/DIV

A SECRETARIA DE SAÚDE, Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, com sede no(a) .., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a), portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços do fornecedor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, localizado XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF Nº XXXXXXXXXXXXXXXX, representada pelo(a) Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX, indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de óleos lubrificantes e hidráulicos, graxas e afins, incluindo os serviços de troca, destinados a manutenção dos veículos pertencentes as diversas Secretarias do Município de Varjota-CE, especificado(s) no(s) item(ns) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº XXXXXX/XXXX, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado no montante de R\$ XXXX (XXXXXXX) as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e





- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.





5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens,





fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.





7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

VARJOTA/CE,

SECRETARIA DE SAÚDE

Representante legal do órgão gerenciador

Detentor da Ata de Registro de Preços

Representante legal do fornecedor registrado

